70. GERSON MOURA: POLÍTICA EXTERNA DE VARGAS E DUTRA (1992)[1]

Gerson Moura, em *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*[2], dá sequência ao seu percurso de estudioso das relações internacionais do Brasil, que teve como ponto de partida *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*[3], no qual estudou o assunto, tendo como foco a primeira presidência de Getúlio Vargas. O novo livro divide-se em duas partes; uma trata da política internacional do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial e a outra, da inserção brasileira na ordem do pós-guerra. É o resultado das investigações que o autor vem realizando, nos últimos doze anos, no âmbito e com apoio do meritório e importante Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas.

Sucessos e ilusões tem, preliminarmente, a virtude de basear-se numa criteriosa utilização de fontes primárias documentais, fazendo progredir assim a reconhecidamente pobre historiografia

1 Publicado em *Política Externa*, v. 1, n. 1, 1992.

2 Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

3 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

diplomática brasileira. Teoricamente tem a qualidade de estruturar os temas analisados a partir de uma pergunta-chave para a política externa, encarada como uma política pública do interesse nacional, a saber: quais são as reais possibilidades e as efetivas limitações da capacidade da atuação brasileira no mundo?

A resposta do autor, que tem uma visão crítica dos atores e das conjunturas em que atuaram, é a de que durante o período analisado – a década de 40 –, levando em conta tanto a dimensão interna quanto a externa, existem duas situações distintas. Durante a guerra, o alinhamento brasileiro aos EUA, ditado pelas condições do sistema internacional, foi conduzido pelo presidente Getúlio Vargas com compreensão dos nichos de oportunidades. Por isso foi ele capaz de, com habilidade, gerar ganhos econômicos, políticos e militares para o nosso país. Já no pós-guerra, no tempo da presidência Dutra, o alinhamento foi igualmente imposto pelas circunstâncias da vida internacional, mas, ao contrário do que ocorreu durante a guerra, o alinhamento deixou de ser percebido como um instrumento da ação diplomática brasileira para se converter num ilusório objetivo de política externa.

Os estudos "Vargas e a política de barganhas" (que abre a 1ª parte) e "Dutra e o alinhamento sem recompensa" (que abre a 2ª parte) documentam, respectivamente, os argumentos básicos do autor. Coincido com a sua avaliação da bem-sucedida gestão da política externa do primeiro governo Vargas que retoma pesquisa anterior, publicada no já citado *Autonomia na dependência*. Não discordo também de sua caracterização da ação diplomática do governo Dutra como uma "forma sem substância" e do papel dos seus dois ministros das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura e Raul Fernandes. Pondero, no entanto, que as suas conclusões talvez comportassem algum matiz, se as posições brasileiras, nas negociações da Organização Internacional do Comércio, que

malograram, mas levaram ao GATT, tivessem sido levadas em conta na análise. Penso, com base nos elementos de pesquisa de que disponho, que nesta área da diplomacia comercial-econômica, ainda que as recompensas tenham sido modestas, a substância dos interesses brasileiros, enquanto o país em desenvolvimento, não se perdeu na forma.

Na primeira parte merecem destaque os dois outros estudos que a compõem. No que trata da FEB, mostra muito bem o autor que a Força Expedicionária Brasileira não foi criada para responder à demanda militar dos aliados. Surgiu como resultado da exigência do governo brasileiro junto aos EUA. Não trouxe a FEB, no plano externo, o capital político esperado por muitas das autoridades brasileiras – e neste sentido foi uma "ilusão" da grande ação diplomática que não se materializou no pós-guerra. Teve, no entanto, consequências. Entre elas, a de ensejar o reequipamento e a modernização das Forças Armadas, tornando-as, no final da Segunda Guerra, as mais importantes da América Latina.

Cabe igualmente realçar o capítulo que com acuidade examina as relações do governo norte-americano com Getúlio, caracterizadas, segundo documenta o autor, por três fases: 1) a do *apoio sem restrição*, que vai de 1942 a 1944, é que se explica pela importância estratégica do Brasil na guerra e pela capacidade do presidente de comandar o Estado e obter o apoio da sociedade; 2) a do *compasso de espera* (1944-1945), motivada pela redução da importância do Brasil para a estratégia aliada; e 3) a da *mão dada à oposição* (1945), que teve como base a percepção em Washington de que o "queremismo" e a continuação de Getúlio no poder, com as forças políticas que estava mobilizando, não levaria, depois da guerra, a um apoio incondicional do Brasil à política exterior dos EUA.

Nos estudos da 2ª parte há um curto e preciso capítulo sobre o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), criado

em 1947 na Conferência Interamericana do Rio de Janeiro. Nele o autor comprova a irrelevância do TIAR enquanto instrumento de defesa hemisférica; a sua relativa importância enquanto instrumento de uma política antissoviética e o seu papel central como meio de consolidar o papel hegemônico dos EUA no sistema interamericano. Há também um muito bom estudo sobre o rompimento das relações diplomáticas com a URSS, que não foi, como mostra Gerson Moura, um produto da Guerra Fria, mas sim a expressão, de uma política conservadora, voltada para o plano interno, visando lidar com conflitos sociais e conter a ação do Partido Comunista no movimento operário organizado.

Em síntese e para concluir, um livro sério, que merece leitura, perpassado por uma boa dose de desencanto crítico em relação aos que conduziram direta e indiretamente a política exterior do Brasil e angustiado com a distância, qualificada de cósmica, entre a sociedade brasileira e os gestores da política externa.